



Câmara Cidadã



Informativo Mensal da Câmara Municipal de Lúna

Lúna/ES, novembro de 2013 | Ano I | Número 11

Saúde: vereadores analisam gestão da Santa Casa de Lúna

Câmara recebe denúncias e implanta Comissão Especial para avaliar os recursos recebidos pelo hospital e sugere suspensão de verbas caso atendimento não seja normalizado

Apesar de receber recursos da municipalidade, do Estado e do Sistema Único de Saúde, que somados totalizam mais de R\$ 4,2 milhões por ano, o hospital Santa Casa de Lúna é pauta de constantes reclamações de pacientes, que informam a precariedade dos atendimentos médicos e a falta de exames básicos, que deveriam ser oferecidos gratuitamente. As informações foram debatidas pelos vereadores João Batista Ribeiro, José

Marcos de Moraes (Marquinho da Saúde), Rogério Cézar e Jonathan Bonfante durante as últimas sessões da Câmara.

Entre as denúncias da população, o vereador João Ribeiro também relatou sobre o atendimento recebido na Santa Casa. “Levei minha filha ao hospital e não tivemos o mínimo de atendimento. Voltamos pra casa sem diagnóstico. Não aguentei a situação, fui a um

consultório particular e fiz os exames, que constataram infecção. Como tive recursos, levei-a para Vitória, onde operou de apendicite. Meu desabafo é para os que não podem pagar por exames e consultas particulares. Ou a administração do hospital começa a funcionar ou vamos cessar a subvenção (repasse financeiro). É uma vergonha!”, desabafou.

De acordo com o vereador Marquinho da Saúde, na prestação de contas da Santa Casa consta uma lista com mais de 300 exames realizados, entre eles o de ultrassom, pagos pela administração pública. “Acho que a gente tem que fiscalizar. Se a prestação de contas mostra realização de exames gratuitos, por que agora não estão fazendo mais e o paciente tem que pagar particular?”, analisou o vereador.

“Quase R\$ 500 mil foram repassados ao hospital só para realizar exames, mas que não sei

pra onde o dinheiro está indo”, desabafou o vereador João Ribeiro ao conferir a última prestação de contas do hospital.

Para o vereador Rogério Cézar, que faz parte da Comissão de

Saúde da Câmara, o município não vem fiscalizando o repasse desses recursos ao hospital, pois os servidores fiscais desconhecem as cláusulas do contrato da Prefeitura com a Santa Casa.

COMISSÃO ESPECIAL

Diante dos relatos, a Câmara instaurou Comissão Especial, formada pelos vereadores Rogério Cézar, Expedito Vieira e Marquinho da Saúde para analisar os documentos e prestações de contas do hospital.

Além disso, os vereadores já formalizaram requerimentos ao governo municipal, solicitando listagem dos nomes e funções dos funcionários e gestores responsáveis pela administração da Santa Casa, ofício com o valor do repasse do convênio do Governo do Estado com o hospital, além da presença do Secretário

de Saúde de Lúna na Câmara para esclarecer a situação.

A Comissão já se reuniu com o Conselho Municipal de Saúde, na sede da Câmara, no qual foi constatado que a administração não encaminhou convênio referente à contratação de médicos especialistas para avaliação e aprovação do Conselho.



Atendimento na Santa Casa sob análise dos vereadores

Melhorias urgentes na infraestrutura das comunidades da zona rural

Benfeitorias nas redes de energia elétrica, asfaltamento e construção de opções de lazer são algumas demandas dos moradores dos distritos

Nos últimos dias, os vereadores da Câmara de Iúna encaminharam indicações de serviços e outros requerimentos para análises e providências do Poder Executivo, relativos às melhorias nas comunidades rurais. Benfeitorias nas redes de energia elétrica, asfaltamento e construção de opções de lazer são algumas das demandas analisadas pelos parlamentares.

O vereador Joceni Rocha Martins (Cabo Joceni) alertou sobre a urgência no conserto da ponte que caiu em Uberaba. “É uma obra urgente. A população precisa se deslocar”.

Já o vereador Rogério César solicitou a recuperação do asfalto da Rodovia “Caminhos do Campo” que liga a sede do município ao ponto turístico da Água Santa. “Os buracos aumentaram, colocando em risco a vida dos pedestres e motoristas que circulam pela rodovia”.

Voltado para os moradores de Bonsucesso, a indicação de serviços dos vereadores Paulinho da Tôca e Jonathan Bonfante é a aquisição de terreno para a construção de uma quadra esportiva coberta na escola da região. “A comunidade não conta com uma área de lazer para os jovens”, justificam os vereadores.

ENERGIA ELÉTRICA

Outro serviço de urgência indicado pelo vereador Adriano Ornelas, é a extensão de rede elétrica na localidade de Córrego Boa Sorte, Distrito de Nossa Senhora das Graças e em Santíssima Trindade, em direção ao Córrego das Araras, que também precisam de iluminação pública. “Os moradores vêm reivindicando este benefício para gerar mais segurança”, justificou o vereador.

“A comunidade não conta com uma área de lazer para os jovens”.

Paulinho da Tôca (PMDB)
e Jonathan Bonfante (PTB)



Asfalto que leva à Água Santa precisa de reparos; comunidades de Santíssima Trindade sem iluminação pública; quadra esportiva como opção de lazer para jovens de Bonsucesso



“Os buracos no asfalto colocam em risco a vida dos pedestres, motoristas e turistas que circulam pela rodovia”.

Rogério César (SDD)



Câmara Hoje

MESA DIRETORA

PRESIDENTE Paulo Henrique Leocádio da Silva (PMDB) • VICE-PRESIDENTE Joceni Rocha Martins (PMDB) • SECRETÁRIO Rogério César (SDD)

VEREADORES

Adriano Salviete da Silva (adriano@camaraiuna.es.gov.br) • Expedito Vieira de Andrade Filho (expedito@camaraiuna.es.gov.br) • João Batista Ribeiro (joao.ribeiro@camaraiuna.es.gov.br) • João Elias Colombo Horsth (joao.elias@camaraiuna.es.gov.br) • Joceni Rocha Martins (Cabo Joceni) (joceni@camaraiuna.es.gov.br) • Jonathan Bonfante Moreira (jonathan@camaraiuna.es.gov.br) • Jonildo de Castro Muzi (jonildo@camaraiuna.es.gov.br) • José Marcos de Moraes (marquinho@camaraiuna.es.gov.br) • Paulo Henrique Leocádio da Silva (paulinho@camaraiuna.es.gov.br) • Rogério César (rogerinho@camaraiuna.es.gov.br) • Weverton da Silva Feitosa (Zizinho) (zizinho@camaraiuna.es.gov.br)

Jornal Câmara Cidadã

Informativo mensal das ações da Câmara Municipal de Iúna COORDENAÇÃO IMPACTMIDIA Publicidade e Assessoria – DIRETOR Alcino Junior • REDAÇÃO E EDIÇÃO Silvia Goulart (MTB 01452/JP) • PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E FINALIZAÇÃO andrelobodesign • FOTOS Mário Sales • TIRAGEM 1.000 exemplares



Calendário das sessões

09 de dezembro (segunda-feira)

18 de dezembro (quarta-feira)

30 de dezembro (segunda-feira)

CÂMARA MUNICIPAL DE IÚNA

Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 124,
1º andar, Centro, Iúna/ES, CEP 29.390-000
TELEFONE (28) 3545-1458 • FAX (28) 3545-1996
EMAIL faleconosco@camaraiuna.es.gov.br
ACCESSE www.camaraiuna.es.gov.br
facebook.com/camaradeiuna

Câmara avalia critérios utilizados para expansão de empresa no Parque Industrial

novembro de 2013



Construção de muro supostamente irregular está impedindo a passagem de outros usuários do local. Vereadores solicitam estudo técnico da obra

Pautas constantes de requerimentos dos vereadores, a falta de regulamentação do uso do Parque Industrial, assim como a precária infraestrutura e a pouca fiscalização das obras foi ponto alto da discussão das primeiras reuniões de novembro, na Câmara. A polêmica se baseou na construção de um muro, que faz parte do projeto de expansão de uma empresa de importação e exportação de café, e que está impedindo a passagem dos demais usuários do Parque.

De acordo com o vereador Rogério César, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento do Parque Industrial foi discutida a aprovação do pedido de expansão da empresa Infinito Importação e Exportação. Na ocasião, o Conselho definiu que o setor de engenharia da Prefeitura deveria estudar o tráfego de veículos de uso comum do Parque.

“Mas essa empresa já construiu um muro, supostamente autorizado pela Prefeitura. A construção interditou a passagem dos demais usuários do parque, que estão indignados com a situação. Temos que saber de onde saiu essa autorização. Estamos com um problema sério no parque, onde tem várias coisas irregulares. Daqui a pouco as grandes empresas vão embora pela falta de seriedade nesse assunto”, avaliou Rogério César.

O vereador Jonildo de Castro Muzi informou que outras em-

presas solicitaram áreas de expansão no Parque, mas ainda não foram atendidas, “Outros empresários estão lutando por novas áreas há anos e não conseguem espaço. Agora, essa empresa consegue essa obra tão fácil”, comentou o vereador.

O Presidente da Câmara, Paulo Henrique e o vereador Rogério César solicitaram ao setor de engenharia da Prefeitura Municipal o estudo sobre o tráfego de veículos e área comum do Parque Industrial.

“O Conselho Municipal de Desenvolvimento do Parque Industrial de Lúna deliberou pela aprovação do pedido de expansão da empresa Infinito Importação e Exportação, mas até o momento não foi apresentado à Câmara a documentação relativa a esse plano de expansão para que pudéssemos analisar”, comentou o Presidente da Casa de Leis.



“Outros empresários estão lutando por novas áreas há anos e não conseguem espaço. Agora, essa empresa consegue essa obra tão fácil”.

Jonildo de Castro Muzi (PR)



Telefones Úteis

EMERGÊNCIA

Santa Casa de Lúna

(28) 3545-1170

Posto de saúde

(28) 3545-1162 e 1755

Polícia Militar

(28) 3545-1022

Delegacia de polícia

147

Disque Denúncia

181

SERVIÇOS

Cesan

(28) 3545-1236

Escelsa

0800 721 0707

Oi (Telemar)

103 31

ÓRGÃOS PÚBLICOS

Prefeitura Municipal de Lúna

(28) 3545-1322

Gabinete do Prefeito

(28) 3545-3139

CRAS

(28) 3545-1292

Conselho Tutelar

(28) 3545-1191

Cartório Eleitoral

(28) 3545-1228

Ministério Público

(28) 3545-1299

Fórum de Lúna

(28) 3545-1070

IDAF

(28) 3545-1988

Incaper

(28) 3545-1247

Ciretran

(28) 3545-1015

Câmara Municipal

(28) 3545-1458



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA LEI Nº 2.481/2013 “DISCIPLINA A PARTICIPAÇÃO DE IÚNA NO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA – CIM PEDRA AZUL – CRIA A PESSOA JURÍDICA SUPORTE DO CIM PEDRA AZUL/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

COMO PREFEITO MUNICIPAL DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica estendida ao Município de Iúna a abrangência dos direitos e obrigações contidos nas cláusulas e condições constantes do Contrato de Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana- CIM PEDRA AZUL, celebrado pelos municípios de Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Ibatiba, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Marechal Floriano, Santa Maria Jetibá, Venda Nova no Imigrante, Ibitirama, Viana e Irupi o qual integra como anexo a presente Lei.

Art. 2º Fica criada a Associação Pública no âmbito deste município, a pessoa jurídica de suporte do Contrato de Consórcio Público firmado, denominada Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo, cuja sigla será CIM PEDRA AZUL/ES.

Art. 3º A Associação Pública referida no artigo anterior é constituída sob a forma de autarquia interfederativa com personalidade jurídica de di-

reito público, autonomia administrativa e financeira, sede e foro na cidade de Afonso Cláudio-ES, com prazo indeterminado de duração e de característica multifuncional com fundamento legal no § 1º do artigo 1º e inciso I do artigo 6º, ambos da Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos) e do inciso IV do artigo 41 da Lei Federal nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro).

Art. 4º O CIM PEDRA AZUL/ES integra a Administração Indireta do Poder Executivo Municipal e tem por finalidade a realização dos interesses comuns dos entes consorciados na implantação e execução de suas políticas públicas.

Art. 5º A Assembleia Geral do CIM PEDRA AZUL/ES tem competência para dispor sobre seus Estatutos, sua estrutura, funcionamento, atribuições e quadro de pessoal, desde que não contrarie o disposto no Contrato de Consórcio Público firmado pelos entes consorciados.

Art. 6º São objetivos do CIM PEDRA AZUL/ES, além de outros que vierem a ser definidos posteriormente pela Assembléia Geral:

I. a gestão associada de serviços públicos;

II. a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou in-

direta dos entes consorciados;

III. o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

IV. a produção de informações ou de estudos técnicos;

V. a instituição e o funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres;

VI. a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;

VII. o exercício de funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos que lhe tenham sido delegadas ou autorizadas;

VIII. o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

IX. a gestão e a proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico ou turístico comum;

X. o planejamento, a gestão e a administração dos serviços e recursos da previdência social dos servidores de qualquer dos entes da Federação que integram o consórcio, vedado que os recursos arrecadados em um ente federativo sejam utilizados no pagamento de benefícios de segurados de outro ente, de forma a atender o disposto no

art. 1º, inciso V, da Lei no 9.717, de 1998;

XI. o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;

XII. as ações e políticas de desenvolvimento urbano, sócio-econômico local e regional;

XIII. o exercício de competências pertencentes aos entes da Federação nos termos de autorização ou delegação;

XIV. as ações e os serviços de saúde, obedecidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 7º Constituem patrimônio do CIM PEDRA AZUL/ES:

I. os bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II. os bens e direitos que lhe forem doados por entidades públicas, privadas e ou por particulares.

Art. 8º Constituem recursos financeiros do CIM PEDRA AZUL/ES, aqueles definidos no seu estatuto.

Art. 9º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a promover as adequações orçamentárias necessárias a cobrir despesas decorrentes da criação e manutenção da associação pública referida no Artigo 2º da presente lei.

Art. 10 O município de Iúna integrará, na condição de associado, a pessoa jurídica supor-

te do contrato de consórcio público, estando o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar os instrumentos necessários e a deliberar, em conjunto com os demais entes associados, sobre as disposições do seu estatuto, na forma prevista na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007.

§1º A retirada do Município da associação descrita no caput deste artigo, e por consequência do consórcio público, dependerá de aprovação de Lei.

§2º Fica o Município autorizado a participar somente na área de Saúde através de suas Câmaras Setoriais, podendo participar das demais áreas mediante prévia autorização legislativa.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (24/06/2013).

ROGÉRIO CRUZ SILVA

Prefeito Municipal de Iúna



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA LEI MUNICIPAL Nº 2.487/2013 “ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL Nº 1.872/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

COMO PREFEITO MUNICIPAL DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Acrescenta o artigo 35-A à Lei Municipal 1.873/2003,

com a seguinte redação:

Art. 35-A Os servidores ocupantes dos cargos de Secretário Escolar, Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Biblioteca terão jus à progressão funcional na forma da Lei Municipal 2.130/2008, não se lhes aplicando as disposições da presente Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aplicar os critérios de progressão funcional previstos na Lei Municipal 2.130/2008 aos servidores ocupantes dos cargos de Secretário Escolar, Auxiliar de Secretaria e Auxili-

liar de Biblioteca, retroativamente à data da publicação daquela norma.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNI-

CIPAL DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE (24/07/2013).

ROGÉRIO CRUZ SILVA

Prefeito Municipal de Iúna

Para atender às demandas da população, vereadores encaminharam indicações de serviços, requerimentos e projetos de lei aos diversos órgãos da administração municipal e estadual durante as últimas sessões. Confira:



Cabo Joceni
PMDB- joceni@camaraiuna.es.gov.br

- ▶ **Serviço de reforma e manutenção do campo de futebol do distrito de Santíssima Trindade (foto).** O mesmo encontra-se em condições precárias de uso, necessitando de melhorias, com urgência, para atender os esportistas da comunidade.
- ▶ **Serviço de reparo na cabeça da ponte da rodovia ES-185, que liga Iúna a Ibitirama, depois da localidade de Uberaba,** que apresenta um buraco no meio da pista, colocando em risco os motociclistas que trafegam no local.
- ▶ **Serviço de patrolamento e ensaibramento da estrada vicinal que se inicia no Córrego Barro Branco e termina na ES-185 próximo ao Distrito de Nossa Senhora das Graças,** pois a via se encontra em péssimo estado de conservação.



Paulo Henrique Leocádio
PMDB- paulinho@camaraiuna.es.gov.br



- ▶ **Indicação de um varredor para limpeza da Rua Alair de Souza e serviço de retirada do entulho depositado na referida via pública,** que está dificultando o trânsito de veículos e pedestres.



Rogério César
SDD - rogerinho@camaraiuna.es.gov.br

- ▶ **Retirada do entulho da Rua José Pedro Gonçalves.** O mesmo está prejudicando o trânsito de veículos e pedestres.
- ▶ **Conclusão do prédio da Unidade de Saúde do Bairro Guanabara,** para que o mesmo passe a servir aos moradores da comunidade.
- ▶ **Limpeza dos cemitérios da cidade e dos distritos do município,** que recebem muitos visitantes no Dia de Finados.
- ▶ **Reparos de bueiro e troca de lâmpadas queimadas no sistema de iluminação pública da Rua Rafael de Vargas Ribeiro, Bairro Ferreira Vale.** O bueiro em questão está causando transtornos aos motoristas, pois o mesmo encontra-se quebrado.
- ▶ **Construção e manutenção de um Posto Policial na Rua Herman Antônio da Silveira, Bairro Quilombo.**
- ▶ **Serviço de reparo na rede de saneamento básico, na Rua Herman Antônio da Silveira, Bairro Quilombo.**
- ▶ **Retirada de quebra-molas da Rua São Cristóvão, em frente à residência nº 215 (foto),** haja vista que a citada via não tem grande fluxo de veículos e o mesmo está desviando a água pluvial para dentro das casas.
- ▶ **Construção de rampas de acesso para cadeirantes na faixa de pedestre localizada no início da Avenida Presidente Getúlio Vargas.**



Santa Clara, Trindade e Laranja da Terra sem água tratada

Vereadores se mobilizam para cobrar serviços de fornecimento de água aos distritos

Os vereadores da Câmara de Lúna acompanham de perto a rotina dos moradores de Santa Clara, Trindade e Laranja da Terra para fiscalizar e propor alternativas para solucionar a falta de água tratada nas vilas das localidades.

“Como já falei por várias vezes, as comunidades de Santa Clara e Laranja da Terra estão sem água. Um morador me entregou uma garrafa com água e fiquei assustado com a cor do líquido”, alertou o vereador Rogério César.

Muitas reuniões já foram realizadas com aos moradores e o Póde Público, mas poucas foram as iniciativas para resolver ao problema de abastecimento de água. “Tivemos reunião com a comunidade e representantes da prefeitura

há dois meses, e até agora nada foi feito. Eu tenho acompanhado e realmente a situação é essa!”, comentou o vereador João Elias Colombo Horsth.

Sobre esse assunto, o vereador Jonathan Bonfante informou que conseguiu uma emenda parlamentar em 2012. “Desde o início do ano, o governo vem arrastando o problema. No início de novembro fizeram uma obra paliativa em Santa Clara do Urbano, pra dar caimento nas caixas d’água. Tem orçamento de R\$ 60 mil pra resolver isso, pra comunidade ter água encanada. Espero que a verba seja usada pra resolver esse problema”, explicou.

“É inadmissível termos distritos com problema de água. É uma questão de saúde e precisamos resolver isso. Se tivéssemos falando de uma região que não tem água, seria mais difícil, mas a região de Santa Clara, por exemplo, tem muita água, que deveria ser fácil de ser tratada. Acho que essa Casa deveria juntar os integrantes da Comissão de Saneamento e Obras, assim como fez com a saúde e com o Parque Industrial, e unir forças”, sugeriu o vereador Jonildo de Castro Muzi.



O problema foi mostrado em vídeo e pede urgência nas soluções

A ÁGUA NO PLANETA Saiba Mais

- ▶ A água é considerada potável quando pode ser consumida pelo ser humano. Infelizmente, a maior parte da água dos continentes está contaminada e não pode ser ingerida diretamente.
- ▶ Na água tratada são eliminados os agentes de contaminação que podem causar algum dano à saúde, tornando-a potável.
- ▶ Em certos países, as águas residuais das indústrias ou residências são depuradas, ou seja, tratadas antes de serem jogadas nos rios ou no mar. Ainda assim não são potáveis, pois passaram por apenas uma fase de eliminação da contaminação.
- ▶ A escassez atinge 460 milhões de pessoas e dezenas de milhões delas vivem com menos de cinco litros de água por dia.
- ▶ Uma projeção feita pelos cientistas indica que, em 2025, 2,43 bilhões de pessoas (dois de cada três habitantes do planeta) serão afetadas de alguma forma pela escassez, passando sede ou contraindo doenças como cólera e amebíase, provocadas pela má qualidade da água.
- ▶ A falta d’água já afeta Oriente Médio, China, Índia e norte da África. A Organização Mundial da Saúde (OMS) acredita que, até 2050, 50 países enfrentarão crise no abastecimento.

O papel das Comissões na Casa de Leis

As Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos vereadores, destinadas a proceder estudos, emitir pareceres ou realizar investigações. São organizadas segundo os diversos assuntos de competência do município, podendo ser permanentes ou transitórias (Comissão Especial ou Comissão Parlamentar de Inquérito).

As Comissões Permanentes têm vigência longa. Os vereadores que fazem parte das Comissões Permanentes estudam os projetos em tramitação na Câmara, emitem pareceres e, se for o caso, até preparam projetos sobre sua especialidade, a fim de que o Poder Legislativo

atenda mais acertadamente à comunidade. O Regimento Interno da Câmara estabelece as regras para seu funcionamento, suas atribuições e outras normas sobre a competência exclusiva da cada comissão (confira os vereadores componentes das Comissões Permanentes no quadro abaixo).

Já as Comissões Temporárias têm vida curta e objetivam proceder estudos, investigações, inquéritos e representação social, extinguindo-se tão logo alcançados seus objetivos ou expirados seus prazos de deliberação, como a Comissão Especial formada para analisar os documentos da Santa Casa de Lúna, conforme matéria de capa deste informativo.

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA O BIÊNIO 2013/2014

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO	
Presidente	Rogério César (SDD)
Relator	João Elias Colombo Horsth (DEM)
Secretário	Jonildo de Castro Muzi (PR)
FINANÇAS, ORÇAMENTOS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Presidente	João Elias Colombo Horsth (DEM)
Relator	Weverton da Silva Feitosa (PDT)
Secretário	José Marcos de Moraes (PRB)
AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Presidente	João Batista Ribeiro (PDT)
Relator	Adriano Salviete da Silva (PMDB)
Secretário	Jonathan Bonfante Moreira (PTB)
EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Presidente	José Marcos de Moraes (PRB)
Relator	Rogério César (SDD)
Secretário	Expedito Vieira Andrade Filho (PDT)